

O PRELADO D. PAULO JOSÉ TAVARES E A «GRANDE REVOLUÇÃO CULTURAL PROLETÁRIA» DE MACAU

Moisés Silva Fernandes

O lançamento da obra *D. Paulo José Tavares: O Bispo-Diplomata* teve lugar em janeiro de 2023, em Rabo de Peixe, terra natal de D. Paulo José Tavares, na ilha de São Miguel (Açores), por ocasião da comemoração do centésimo terceiro aniversário de nascimento.

Esta monografia constitui uma autêntica biografia de Paulo José Tavares, desde a sua infância até à idade adulta, repleta de fotografias e de testemunhos de familiares e amigos. É recordado ser ele o mais velho de oito filhos, considerado desde cedo «muito bom aluno» (p. 17), sendo o padre Guilherme Américo quem, nas palavras da irmã, «sugeriu a minha mãe que colocasse o Paulo no seminário da ilha Terceira» (*Ibidem*). Todavia,

o Paulo era um «camponês» e o seu «pai queria o Paulo para o ajudar no trabalho da agricultura» (*Ibidem*). Entretanto, um padre açoriano, que estava nos Estados Unidos da América, acabou por subsidiar os estudos de Paulo José Tavares no Seminário de Angra (*Ibidem*), que frequentou entre setembro de 1931 e junho de 1941.

A hierarquia da Igreja local, nomeadamente, o bispo de Angra, D. Guilherme da Cunha, percebeu a sua capacidade intelectual e enviou-o para Roma, para estudar Direito Canónico na Pontifícia Universi-

dade Gregoriana. Aqui fez a licenciatura e, posteriormente, o doutoramento, que terminou em 1945. Em Roma, notabilizaram-se as suas capacidades de diplomata e é encaminhado para a Pontifícia Academia Eclesiástica, que forma os sacerdotes destinados ao serviço diplomático da Santa Sé nas diversas nunciaturas apostólicas (embaixadas) ou na Secretaria de Estado. Em 1947, Paulo José Tavares entra na Secretaria de Estado da Santa Sé, onde permanece até 1961.

ANTÓNIO

PEDRO COSTA

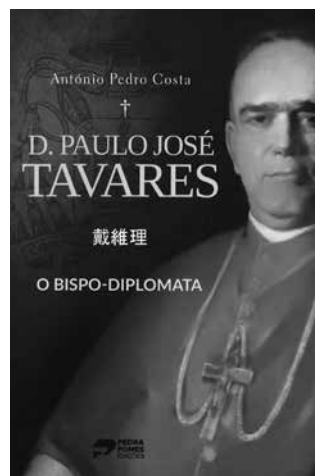
D. Paulo

José Tavares

戴維理

O Bispo-Diplomata

Ponta Delgada,
Pedra Pomes Edições,
2023, 222 páginas



Em agosto de 1959, o Papa João XXIII pede «a ajuda do tradutor português da Secretaria de Estado, Mons. Paulo José Tavares» (pp. 57 e 58), acerca da terceira parte do segredo de Fátima, decidindo não o publicar. A partir deste encontro, o Papa vai tê-lo perto de si para qualquer necessidade no âmbito da Igreja colonial portuguesa. E essa oportunidade surge aquando da eleição do bispo de Macau, pois o anterior bispo de Macau, D. Policarpo da Costa Vaz, é transferido para a Diocese da Guarda, em julho de 1960. O nome do conselheiro da Nunciatura Apostólica, monsenhor Paulo José Tavares, começa a ser considerado pelo Estado da Santa Sé como uma valia, pela sua proximidade. Primeiramente, é funcionário da Secretaria de Estado da Santa Sé, chegando ao cargo de conselheiro da Nunciatura Apostólica. Posteriormente, orientará as instruções específicas para que na Diocese de Macau sejam preteridos os padres ultraconservadores portugueses, e favorecidos os padres chineses autóctones e os outros padres ocidentais. Ações estas, conformes com a nova narrativa e prática do Vaticano, que considerava o Estado «colonial» português uma representação do passado, bloqueadora das relações que a Santa Sé pretendia estabelecer com os padres chineses, em Macau.

Após a nomeação pelo Papa João XXIII no dia 24 de agosto de 1961, foi consagrado pelo secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Amleto Giovanni Cicognani, pelo arcebispo Angelo Dell'Acqua, o substituto da Secretaria de Estado, e pelo bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio, a 21 de setembro de 1961, com 41 anos de idade.

Antes de partir para Portugal, o Papa, em audiência, recorda-lhe as orientações exclusivas da Santa Sé para a Diocese de Macau. Partiu para Lisboa e, depois, para a ilha de São Miguel, onde se despediu da família, seguindo para Macau.

Chega a Macau a 27 de dezembro de 1961, trazendo o seu irmão, padre Dr. Manuel Alfredo Tavares, um excelente especialista em latim, e seu secretário particular. Nos primeiros anos recorreu aos vigários-gerais e aos governadores do Bispado sendo, neste caso, todos padres portugueses.

Entretanto, começou por eliminar as congruas e as diferenças nos salários entre os padres portugueses e os chineses, uma luta com mais de quatro séculos, e logo depois a dizer as missas em português, cantonense e inglês, sob a orientação do Concílio do Vaticano II (1962-1965).

Em 1966, início da «Grande Revolução Cultural Proletária» na China continental, D. Paulo José Tavares nomeou o padre chinês de Macau, António André Ngan Im-ieoc (严俨若, Yan Yanruo), primeiro vigário-geral e depois governador do Bispado, sendo a primeira vez que tal acontecia em quatro séculos de Igreja Católica em Macau. Isto levou os ultraconservadores padres portugueses a denunciarem o caso à Nunciatura Apostólica em Portugal e à Secretaria de Estado da Santa Sé, sem qualquer efeito. Durante o último semestre do ano de 1967, o prelado de Macau foi acusado pela elite chinesa de Macau de estar ao serviço da China continental, e pela frágil administração portuguesa de ter posições diametralmente opostas aos maoístas. D. Paulo José Tavares não concordou com as exigências da Associação

Geral de Estudantes Chineses de Macau (AGECM), um grupúsculo maoísta, e publicou no bissemanário *O Clarim*, órgão da Diocese de Macau, e na revista quinzenal *Religião e Pátria*, o artigo «Esclarecimento sobre o Colégio de São José, em Macau», o que motivou a suspensão temporária de ambas as publicações, pelo governador de Macau, o brigadeiro Nobre de Carvalho. A sua saúde começou a declinar em junho de 1969, facto noticiado pelo *O Clarim*. Após várias passagens pelos hospitais de Macau, de Hong Kong, de Roma, de Ponta Delgada, e até mesmo dos Estados Unidos e do Canadá, veio a falecer no Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa, no dia 12 de junho de 1973. Foi sepultado no dia 15 de junho, no cemitério de Rabo de Peixe, numa cerimónia presidida pelo bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho. Existem três razões cruciais que justificam a importância das nomeações de Paulo José Tavares. Primeira: durante os catorze anos que passou na Secretaria de Estado da Santa Sé, foi subindo de adido até conselheiro da Nunciatura Apostólica, o que mostra como cada dicastério da Igreja tem de defender os seus membros quando assumem lugares-chave como bispos, arcebispos ou cardeais. Segunda: tanto o

Papa João XXIII como o Papa Paulo VI deram, mais de uma vez, instruções específicas à Diocese de Macau para mudar as diretivas, caso contrário seria integrada na Diocese de Hong Kong. Terceira: quando o prelado D. Paulo José Tavares, conhecedor do desfecho da sua doença, indicou uma terna (três nomes possíveis para seu sucessor), esta era idêntica à do encarregado de Negócios da Nunciatura Apostólica da Santa Sé em Taipé, na Formosa/Taiwan, Francesco Colasuonno (高樂天, Gao Letian), e incluía em primeiro lugar dois padres chineses e um terceiro, português, o padre Arquimínio Rodrigues da Costa. Por ação da imprensa comunista de Macau, que rejeitava duramente um prelado chinês, e pela concordância da precária administração portuguesa de Macau, o padre Arquimínio Rodrigues da Costa foi o novo bispo de Macau, mesmo em oposição à Santa Sé.

Esta obra ajuda a estabelecer, pelos testemunhos recolhidos e pela documentação exposta, o percurso de vida deste homem essencial para o estudo da presença da Igreja Católica em Macau, como uma das instituições relevantes, durante este período. **RJ**

Moisés Silva Fernandes Investigador no Instituto Confúcio e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

> Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal | moises.fernandes@letras.ulisboa.pt